

PROVA ESTÁGIO DPU – 2017

1) Não é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme expresso no artigo 1º da Constituição Federal:

- a) a cidadania
- b) a dignidade da pessoa humana
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- d) o socialismo econômico

2) São princípios constitucionais da Previdência Social, exceto:

- a) irredutibilidade nominal dos benefícios
- b) caráter contributivo
- c) facultatividade aos profissionais liberais
- d) equilíbrio financeiro e atuarial

3) São funções institucionais da Defensoria Pública, exceto:

- a) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos
 - b) promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico
 - c) representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos
 - d) propor ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal em casos de violação de Direitos Humanos
-

4) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União:

- a) ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena
- b) examinar, em qualquer repartição pública, autos de flagrantes, inquéritos e processos, vedada a obtenção de cópias ou tomar apontamentos
- c) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando esses se acharem presos ou detidos, exceto se incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, com prévio agendamento
- d) receber mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em quádruplo todos os prazos

5) Não é considerada uma excludente de antijuridicidade:

- a) o estado de necessidade
- b) a legítima defesa
- c) a coação moral irresistível
- d) o estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito

6) A prisão preventiva poderá ser decretada:

- a) se juiz estiver convencido da culpa do réu, independente de requisitos de ordem objetiva
 - b) para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria, sendo a pena máxima do crime superior a 4 anos e evidente o risco de fuga
 - c) por qualquer juiz de primeira instância, porém, a revogação da prisão
-

decretada somente poderá ser decidida pelo respectivo Tribunal

d) de ofício pelo Ministério Público, referendada pelo juiz

7) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- a) idoso maior de 70 anos;
- b) extremamente debilitado por motivo de doença grave
- c) imprescindível aos cuidados especiais de criança menor de 12 anos de idade
- d) portador de diploma universitário

8) Sobre o crime de moeda falsa, pode-se afirmar que:

- a) o Supremo Tribunal Federal tem entendimento pacífico sobre a insignificância da conduta quando a falsificação é de moedas de até dez centavos
- b) o Supremo Tribunal Federal tem entendimento majoritário sobre a insignificância da conduta quando a falsificação é de cédulas de até dez reais
- c) é crime formal, instantâneo, contra a fé pública, exclusivamente doloso e o sujeito passivo primário é o Estado e não quem recebe a cédula falsa
- d) o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacífico afirmando que o crime de moeda falsa se consuma somente após a efetiva introdução da moeda falsificada em circulação, não configurando crime a confecção de moeda falsa para uso pessoal em ambiente privado

9) Marque a alternativa que corresponda a um recurso previsto no Código de Processo Penal:

- a) apelação
 - b) carta rogatória
-

- c) mandado de injunção
- d) agravo de restauração

10) Sobre o crime de descaminho, assinale a alternativa correta:

- a) constitui crime de descaminho trafegar em aeroportos, portos ou região de fronteira em desacordo com a mão de direção
 - b) constitui crime de descaminho o envio de mercadorias para local diverso do constante em nota fiscal de venda
 - c) constitui crime de descaminho dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei
 - d) constitui crime de descaminho iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria no país
-

